



QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÕES DE DESASTRE

Rosana de Carvalho Martinelli Freitas¹
Cristiane Coelho de Campos²

Introdução

Há uma forte relação entre o modo de produção econômico, alterações climáticas e catástrofes que não tem sido suficientemente reconhecida e discutida pelos governos, universidades, empresas de mídia e menos ainda, pelas instituições financeiras internacionais.

No Brasil, a produção econômica contemporânea tem um cunho *modernizante*, no que concerne à expressão material que aponta para o crescimento, e *conservador*, no que se refere às práticas políticas que balizam este mesmo crescimento. Tais práticas se expressam na subjulgação e destruição extensiva e intensiva que ignoram os processos extrativistas, de consumo; os processos de produção (monoculturas de produção, agricultura, pecuária), o manejo, ocupação do solo e têm um efeito devastador sobre o ambiente, porque explora, polui e destrói (CABALLEROS, 2010).

No século XXI, o sistema capitalista continua operando sob o domínio do capital financeiro destrutivo e, com apoio de governos e governantes. Em decorrência da degradação do meio ambiente e a ocorrência de desastres cada vez mais frequentes e intensos ganha maior visibilidade o uso de termos como desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento. Termos que indicam múltiplas interpretações sobre as denominadas “questões ou problemáticas ambientais”.

Nas esferas do Estado da Sociedade Civil também surgem diversas propostas “alternativas”, ou formas de se garantir a “produção destrutiva”, como recursos renováveis, biodiversidade, agendas sustentáveis, responsabilidade socioambiental, ecoturismo, certificação empresarial socialmente responsável, entre outras.

São várias as acepções dos conceitos de meio ambiente e “questão socioambiental”. Parte-se do pressuposto que meio ambiente designa não tanto um “objeto” específico (seres vivos, natureza,

¹ Assistente Social, Doutora em Sociologia Política, Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC Coordenadora da pesquisa “Situações de Desastres: novas demandas e desafios ao trabalho interdisciplinar”, da Linha de Apoio, Capacitação da Sociedade Civil e Órgãos Governamentais na Prevenção e Atendimento de Ocorrência de Eventos Extremos - FAPESC. romartin@matrix.com.br



espaços naturais, paisagens, assentamentos), mas uma relação de interdependência, o que permite a adoção de diferentes perspectivas teóricas e a opção por problemáticas específicas no âmbito das mais variadas áreas do conhecimento.

No entanto, para Pedrosa, (2007, 108 apud Motta e Silva, 200) nas definições de muitas mensagens ambientalistas se identifica que estas:

[...] sintonizam-se com a ideologia da produção e do consumo na medida em que a natureza é tida apenas como o meio ambiente, o habitat, o lá fora, a casa do homem. Assim, o homem, ele próprio não é um ser natural. O habitante não é natureza (...) não compreendem o homem como ser natural- histórico, desqualificam e objetualizam a natureza e confundem humanidade com animalidade.

Apreendemos, no entanto, os desastres como sendo muito mais que apenas um acontecimento produzido pela natureza abordagem *strictu sensu*. Adotamos uma concepção *latu sensu*, que o considera como sendo resultado de um fenômeno denominado de evento adverso, que pode ser produzido pela natureza e/ou pela ação humana, e sua ocorrência se associa às “questões socioambientais”. Questões essas, resultantes da relação sociedade-natureza, que contemplam três das mais relevantes dimensões da humanidade: a social, a econômica e a política (FREITAS, MARQUES, 2010).

Segundo Marx (2008, I, p.57), “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista, aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Complementado, Ianni (1996) afirma, o capitalismo é de fato um sistema em si de mercantilização universal, “[...] ele mercantiliza as relações, as pessoas, e as coisas” (IANNI, 1996, p.8). Tal mercantilização vem provocando a degradação do meio ambiente e contribuindo para a chamada crise ambiental.

Segundo Montibeller F^o(2004,0.57)

Com a intensificação da degradação do meio ambiente por ação humana, vimos que aumenta a preocupação de parcela significativa da população, e em meados dos anos 60 emerge o movimento ambientalista mundial, o qual se expande nas décadas seguintes para hoje constituir-se em um ambientalismo multissetorial e complexo. A partir dos anos 80, este movimento adota o desenvolvimento sustentável – conceito construído durante a década – como seu paradigma.

O desenvolvimento sustentável, segundo o autor, perpassa por cinco dimensões: social, econômica, cultural, geográfica e ecológica, sintetizadas nos fatores de ordem social, econômico e ambiental (acrescentaríamos o fator político e a heterogeneidade do movimento ambientalista) O autor reforça que o tema vem sendo explorado privilegiando um fator em detrimento de outro.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina /UFSC- Atuou em Blumenau durante as enchentes de 2008, é membro da pesquisa acima citada. cristianec_social@hotmail.com



[...] diferentes apropriações do conceito de desenvolvimento sustentável são feitas na sociedade, por diversos grupos de interesse, cada qual considerando apenas a dimensão para si mais conveniente. Um exemplo apontado é o do segmento empresarial que faz uma apropriação mercadológica do conceito e limita sua atuação às questões relacionadas ao ambiente físico. (MONTIBELLER F°, 2004, p.283).

Por isso, vale mencionar a observação Leff (1996,18), de que “a dialética da “questão ambiental” engendrou o seu contrário, ou seja, o discurso neoliberal da sustentabilidade: “[...] a retórica do desenvolvimento sustentável reconverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de conduzir-nos aos objetivos do equilíbrio ecológico e justiça social pela via mais eficaz: o crescimento econômico guiado pelo mercado” .

Para Mota e Silva (2010) o desenvolvimento sustentável ao se constituir na proposta predominante de enfrentamento da “questão ambiental”, orientando ações e iniciativas, se configura como uma ideologia. Ao invocar a sustentabilidade ambiental, social e econômica, a proposta nega as contradições da sociedade de classes; daí o seu fetiche que, ao defender a sustentabilidade da base material, sem alterar a relação sociometabólica que rege as relações sociais de produção, estaria reiterando, a reprodução de uma verdadeira “insustentabilidade social”.³

Na sequência, este artigo resultado parcial, da pesquisa “Situações de Desastres: novas demandas e desafios ao trabalho intersetorial”, apoiada pela FAPESC, aborda uma das expressões das “questões socioambientais”, os desastres. Estes se materializam enquanto efeito de eventos adversos, que causam danos humanos, materiais e/ou ambientais, cujos impactos na sociedade são devastadores.

Para compreender melhor essa realidade, foram realizadas, em maio de 2010, quatro entrevistas com mulheres que se encontram na moradia provisória com o objetivo levantar informações sobre a participação da mulher em situação de desastre. Foram aplicados questionários, compostos por vinte questões abertas e fechadas.

2. A enchente de 2008: a participação da mulher na situação de desastre de Blumenau

³ Segundo Chenais (2009,p.19) “toda política que assuma la cuestión ecológica deberá combatir también la alienación -la alienación mercantil, pero también la alienación en el trabajo- y esto con verdadera eficacia, y no como esas campañas en “defensa del empleo” donde vemos a los sindicatos aliados a los empleadores en torno a cuestiones como las normas en materia de polución. De lo que se trata es de actuar de tal manera que el individuo “individual”, creación del capitalismo escindido en productor y consumidor y privado de toda instancia que pueda ayudarlo a comprender las principales determinaciones de su experiencia social, pueda devenir un productor asociado, em condiciones de



Conforme dados do EM-DAT (2007), apresentados por Marcelino(2008,p.16) ocorreram 150 registros de desastres no período 1900-2006. Do total ocorrido, 84% foram computados a partir dos anos de 1970, demonstrando um aumento considerável de desastres nas últimas décadas. Como consequência, foram contabilizados 8.183 vítimas fatais e um prejuízo de aproximadamente 10 bilhões de dólares. Utilizando dados da Defesa Civil, Marcelino et al. (2006) contabilizaram, no período 1980-2003, 3.373 desastres naturais no Estado de Santa Catarina.

As consequências sociais do desastre são imensas quando não há um trabalho efetivo de resposta aos desastres, retratado no número de famílias sem moradias, escolas sem aula, falta de trabalho, aumento de depredações, violência, interrupção bruta do curso habitual da vida das pessoas e perda de pontos de referência e espaços vitais, entre outros.

Estes registros apontaram uma das dimensões da problemática ambiental sob a sociedade e indicaram a necessidade de medidas preventivas por parte do Estado com a implementação de políticas socioambientais, tendo a participação social⁴ como forma de estimular mudanças na relação sociedade meio ambiente.

A enchente ocorrida no Vale o Itajaí/SC, em novembro de 2008, atingiu 63 municípios, (97.680 pessoas) sendo que oito ficaram isolados. Houve registro de 22.952 desabrigados e 31.087 desalojados. Foram confirmados 135 óbitos, sendo que duas pessoas não foram localizadas. Mais de 1.500.000 pessoas foram afetadas, tal situação levou o Estado a decretar estado de calamidade pública (Defesa Civil, 2009).

No Vale do Itajaí, algumas cidades como Ilhota, Gaspar, Benedito Novo e Blumenau, a enchente veio seguida de deslizamento e foi considerado o evento de maior impacto.

Em Blumenau (292.972 habitantes), diante da destruição ou da ameaça dessa, 103 mil pessoas foram afetadas, das quais 5209 foram desabrigadas (perderam suas casas e foram para abrigos). 25 mil foram desalojadas (se alojaram em casa de vizinhos, parentes ou amigos), 2383 foram feridas e 24 morreram. Mais de 18 mil casas, 38 unidades de saúde, 61 unidades de ensino, centenas de quilômetros de rodovias danificadas. (SEVEGNANI, FRANK, NEGREDO, SOARES, KEIM, 2009, p.113)

Blumenau, objeto da pesquisa em curso, ainda necessita da realização de várias obras de recuperação. Segundo a Defesa Civil (2010), 2500 pessoas estão alojadas em sete moradias provisórias, e mais de 5 mil famílias continuam em residências consideradas em situação de alerta, devido à ameaça de novos deslizamentos, contudo a justificativa do poder público para a permanência de tal situação é a impossibilidade deste abrigar essas famílias.

administrar sus relaciones con El medio natural según una racionalidad colectiva. El socialismo, así redefinido, es la palabra que debemos reaprender a defender”.

⁴ Para efeito deste artigo a participação social se insere no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuição de poder a favor das classes subalternas que geralmente não tem acesso.



[...] o desastre tornou visível o problema da ocupação irregular [...] que necessitam ser desocupadas. A impossibilidade de construção nestas áreas requer a disponibilidade de novas áreas em localizações adequadas [...] Portanto, a questão habitacional exige o enfrentamento de um problema mais complexo que é a regularização fundiária que, por sua vez, coloca a questão da especulação imobiliária urbana [...]. (SCHIOCHET, 2009, p. 154).

Devido à destruição das casas e a perda do terreno houve o regresso de famílias às cidades de origem e Blumenau sofreu com a diminuição de mão de obra. Um novo movimento migratório ocorreu gerado por ofertas de emprego incentivado realizado pelas empresas. Os trabalhadores, novos habitantes, por não terem onde residir se instalaram em áreas ainda em estudo para a ocupação. A desocupação de algumas residências, consideradas pela Defesa Civil, com potencial de desmoronamento vêm sendo ocupadas por quadrilhas, para o estabelecimento de novos pontos de drogas, aumentando a insegurança social e os índices de violência.

Blumenau possui uma trajetória que periodicamente envolveu enchentes, e vinha se constituindo uma referência no âmbito da atuação em situações de desastres, com a efetiva estruturação da Defesa Civil, e a criação de Planos de Contingências. Contudo, em novembro de 2008, se deparou com enchente seguida de deslizamentos, o que configurou uma situação inusitada: havia um Plano de Contingência para Enchente e não para deslizamentos.

A situação se caracterizou pela necessidade de 70 abrigos quando o Plano Municipal de Contingência previa 34⁵; os profissionais de todas as áreas, inclusive, técnicos de Defesa Civil e gestores foram atingidos, dificultando a operacionalização de procedimentos; a queda de barreiras fez a cidade ficar sem energia e, portanto sem comunicação com demais órgãos do poder público e sem o apoio da Defesa Civil estadual; dificuldade, nos primeiros dias, de meios para prover as necessidades básicas, como água, alimentação, vestuário; a urgência de acionarem assistentes sociais de outros Estados para atuarem na identificação dos atingidos, coordenação das ações nos abrigos e demais atividades previstas no Plano Nacional de Defesa Civil (2002).

[...] a situação de abrigo foi a resposta mais imediata à situação dos atingidos duramente pelo desastre [...] a situação nos abrigos provisórios, concentrados no momento pós-desastre, sobretudo em escolas e igrejas, foi se agravando [...] a diversidade de situações familiares, por exemplo, tornava muito difícil uma convivência digna nos abrigos, com respeito à privacidade e à liberdade dos abrigados. O tempo passava e seus ocupantes não recebiam qualquer informação sobre seu futuro, ou seja, sobre as propostas coletivas de moradias [...] os abrigos contavam com as mais diferentes realidades, mas de modo geral, obedeciam a regras comuns, estipuladas por técnicos vinculados à política de assistência social. Tais regras (divisão de tarefas, horários de entrada e saída, de dormir e acordar) eram impostas através de um "manual dos abrigados" (SAMAGAIA; ANGIONI, 2009, p.140-142).

⁵ Segundo a Secretaria da Defesa Civil de Blumenau, o município dispõe de 57 abrigos, sendo que 30 são locais específicos para os casos de enchentes, enxurradas e deslizamentos e 27 são abrigos para enxurradas e deslizamentos, por estarem em áreas não inundáveis. Disponível em: < <http://www.blumenau.sc.gov.br> > Acesso em: 04 de jul. de 2010



A situação do abrigo em Blumenau, como mencionado, perdura em ginásios que foram adaptados com divisórias, transformadas em moradias provisórias, que de provisório já está passando para permanente, uma vez estar próximo a completar dois anos do desastre.

As entrevistas foram realizadas com mulheres que tinham entre 37 e 43 anos, possuíam apenas o ensino fundamental e união estável. A composição familiar era de 01 a 07 filhos e elas também participavam da renda familiar com trabalhos formais e informais, predominantemente, na área artesanal para empresas terceirizadas, sendo que a renda familiar variou de um salário mínimo a dois.

situação habitacional antes da enchente era de 50% própria e 50% cedida. O tempo de permanência do estado de abrigo é desde novembro de 2008, sendo que durante o episódio permaneceram em alojamentos, escolas, igrejas e associações.

Os depoimentos indicam que a enchente de 2008 trouxe mudanças de ordem pessoal e familiar.

No que refere as questões pessoais relataram o transtorno psicológico. Todas as mulheres entrevistadas passaram a fazer uso de medicamentos para insônia, ansiedade e depressão. Na família se tornaram presentes os choros compulsivos dos filhos quando chovia. Relataram dificuldades para acessarem os hospitais e serviços de saúde que, de um modo geral, ficaram mais precários. Os roubos e a possibilidade de ocupação de suas residências também era motivo de preocupação, assim como o fato de terem ouvido, pela TV, a ocorrência de estupros nos abrigos. As entrevistadas não soubessem informar sobre a veracidade de tal fato.

Segundo as entrevistadas, os filhos estão sofrendo com preconceitos, por parte dos colegas de escola por estarem em moradias provisórias. Elas, por estarem abrigadas, encontram dificuldades de comprar por falta de comprovante residencial e, igualmente, vem sendo discriminadas.

Os problemas existentes no alojamento eram devido a uma série de fatores, entre eles, a convivência com pessoas de hábitos e costumes diferentes (uso de drogas, falta de higiene, ouvir música alta, brigar, fumar em ambientes fechados); a falta de infra-estrutura e recursos (iluminação, manutenção dos esgotos e máquinas de lavar roupas, produtos de limpeza). A resolução destes depende de trâmites políticos, legais e burocráticos.

As entrevistadas expressaram que mantiveram contato com a Prefeitura, Defesa Civil, através de profissionais e serviços oferecidos nas moradias por assistentes sociais, psicólogos e professores. Informaram que estes profissionais realizaram orientações individuais, atendimento



familiar e realizações de reuniões e cursos, contudo sem saber exatamente em qual órgão trabalhavam.

Embora conhecessem a existência da Defesa Civil pela ação de interdição de suas casas, não sabiam totalmente quais eram suas atribuições, mas informaram que seus técnicos haviam sido ágeis e disponíveis em atender a população, o fazendo inclusive durante o dia e a noite.

Após a enchente de 2008 as ações que identificaram como sendo desenvolvidas pelo município para auxiliar as famílias foram as doações de cesta básica; serviços médico e a organização dos abrigos e moradias provisórias. Nenhuma das entrevistadas conhecia ou tinha ouvido falar sobre Plano de Enchente (2008) ou Plano Diretor da Defesa Civil (2002) ou Plano Municipal de Contingência de Inundação e Escorregamento (2009).

As entrevistas revelam que a situação de abrigo deve ser de fato provisória, no caso de Blumenau está se tornando “permanente”, acentuando ainda mais o impacto do desastre na vida das famílias, e sinalizando a falta de uma política habitacional e articulação intersetorial, a exemplo dos Planos cuja sua existência e aplicabilidade não são de amplo conhecimento.

[...] a disponibilização da moradia é muitas vezes tirada, propositalmente, do campo dos direitos sociais, intimidando os possíveis usuários da política pública da reivindicação deste bem primordial [...] a moradia digna é um direito constitucional de todo cidadão, sendo responsabilidade do Estado prover este acesso, inserindo-se, portanto, na categoria de direitos sociais [...]. O acesso a moradias consta também entre os principais instrumentos e diretrizes do Estatuto das Cidades – que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal/Capítulo da Política urbana - estimulando a promoção de políticas públicas que possibilitem este acesso. [...] o desastre trouxe à tona a fragilidade desta política em Blumenau e região. (SAMAGAIA; ANGIANI, 2009, p.142-143).

A elaboração e execução das ações de enfrentamento às situações de desastre têm o marco administrativo e legal os Planos e Manuais de Planejamento da Defesa Civil. No que se refere às questões de gênero o Manual de Planejamento em Defesa Civil II estabelece:

[...] as mães de família representam os grupos familiares uniloculares nas atividades domésticas relacionadas com a manutenção, à limpeza dos abrigos e o recebimento dos gêneros, enquanto que os pais representam as famílias nos trabalhos de reabilitação dos cenários e de reconstrução. (CASTRO, 2007, p.220).

O Manual especifica as responsabilidades das mulheres e dos homens e neste estão presentes a tradicional divisão sexual do trabalho, as mulheres serem responsáveis por atividades domésticas e cuidados com os filhos e aos os homens as atividades de reconstrução e suprimento financeiro.

No âmbito das moradias provisórias, a participação das mulheres ocorreu mediante a realização da limpeza da cozinha, banheiros e preparo das refeições. As atividades atribuídas às mulheres se diferenciaram das atividades/responsabilidades atribuídas aos homens, pois aos homens coube a limpeza dos banheiros masculinos, recolhimento do lixo e limpeza do pátio.



Antes do desastre as mulheres participavam de associação de moradores, grupos religiosos e conselhos municipais, mas após mantiveram sua participação em grupos religiosos. Sinalizaram também terem tido dificuldades durante e após o desastre para acessarem serviços até então desconhecidos, como por exemplo, serviços da Defesa Civil, FAEMA, IBAMA, entre outros. O exemplo a seguir ilustra a falta de articulação entre os órgãos e profissionais:

[...] tenho um laudo que me diz que devo construir uma barragem contra enchente, mas me mandaram ir ao IBAMA e lá eles me disseram que não posso fazer isto; não sei a quem pedir auxílio, pois para voltar para casa, preciso consertar minha casa, preciso de engenheiro, preciso de muitas autorizações e dinheiro. (E. 3)

A participação da mulher ainda é bastante restrita, os dados qualitativos embora parciais, apontam problemas de solução de continuidade, estes, inclusive, foram expressos quando o poder público municipal deixou de oferecer cursos de ensino médio e profissionalizante nas moradias.

O episódio de 2008 foi considerado um desastre por exceder a capacidade dos municípios, da população e dos profissionais em lidarem com a situação, sendo que após um ano e meio, muitos deles, a exemplo de Blumenau, permanecem em estado de alerta, não tendo superado a etapa de reconstrução convivendo, portanto com suas conseqüências.

O relatório “Estado da População Mundial 2009”, do Fundo das Nações Unidas para a População e Desenvolvimento (FNUPD/ONU) enfatiza a questão da igualdade de gênero nos processos de prevenção e respostas aos desastres.

[...] atenção redobrada deve ser dada á questão do gênero. As mulheres têm o potencial para terem um enorme contributo. Elas devem ser consultadas e fazerem parte das discussões (...) as mulheres compõem a maioria dos agricultores do mundo e tem acesso a menores oportunidades de aumentos no rendimento. Elas gerem os lares, e como tal dispõem de mobilidade mais limitada, tornando-as mais vulneráveis em face de desastres naturais [...] As mulheres são, em média mais pobres, tem menos poder, menos reconhecimento da sua produtividade doméstica e carregam aos ombros um peso desproporcional na reprodução e criação dos filhos [...] (FNUPD, 2009, p.3)

Em documentos internacionais e mais recentemente nacionais há várias abordagens sobre as diferenças de gênero e a participação das mulheres no processo de desenvolvimento e respostas às situações de desastres, contudo duas tendências se apresentam. A primeira indica uma participação a partir de uma gestão “municipalista-ecologista” que privilegia mudanças atitudinais por parte da denominada “comunidade” e ressalta a importância do município na atenção às situações de desastre. A segunda tendência, que referendamos, tem como enfoque a “participação-desenvolvimento social”, se sustenta na participação social, em uma perspectiva emancipatória e portanto, questiona o atual modelo de relação da sociedade com a natureza, as bases em que se estrutura o sistema capitalista e conseqüentemente as causas e respostas aos desastres.

Ressaltar a inserção da mulher em situações de desastre, identificando-a ora como vítimas; pelo seu menor acesso aos recursos, redes sociais, transporte, informação, controle da terra, recursos



pessoais, mobilidade pessoal, habitação e empregos seguros; ora, e paradoxalmente, como importantes para responderem às situações de desastres, a partir do conjunto de atributos e habilidades inatas, ou a serem desenvolvidas, para enfrentar adequadamente situações adversas a partir da resiliência contribuirá para a adaptação “positiva” a favor do vento que mantém as causas e conseqüências dos desastres encobertas e, não contribuirá para a criação de novas velas capazes de orientarem uma outra e nova relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Indaga-se, estão as mulheres atingidas por situações de desastres, sendo consideradas agentes passivas, objeto da atuação institucional, em detrimento delas serem consideradas agentes ativas na discussão e deliberações sobre as questões socioambientais?

A aproximação com as mulheres, alojadas em moradia provisória, não permite inferir que os profissionais e instituições acionadas tiveram as condições adequadas e necessárias para a valorização de instâncias coletivas e deliberativas com os atingidos. Não foi possível identificar a existência de uma profunda e participação das mulheres sobre as causas dos desastres, o que poderia potencializar mais transparência na gestão do ciclo de gerenciamento de desastres, avaliarem e controlarem as ações implementadas.

Considerações Finais

As desigualdades de gênero são potencializadas em decorrência de desastres, não somente pelo impacto do evento em si, mas, pela forma como decisões são tomadas e/ou devido à imposição de novas obrigações à mulher e, também ao homem. O compartilhamento de atividades, a criação dos filhos, a obtenção de renda familiar em condições adversas se altera na medida em que uma catástrofe traz custos adicionais para a superação dos danos e perdas ocorridas. Seus efeitos fazem com que a família estabeleça relações interpessoais que não foram motivo de escolha e/ou fique submetida aos interesses individuais, corporativos, mercantis e políticos.

Apreendendo que o fenômeno é natural e que os desastres não podem ser naturalizados a inclusão das contribuições das mulheres e homens e de suas necessidades é fundamental para reforçar políticas que se articulem com outras esferas governamentais, possibilitem a transversalidade das políticas econômicas, sociais e ambientais e uma sociedade sustentável.



Referências Bibliográficas

- CABALLEROS, A. A propósito del Día del Medio Ambiente -Capitalismo, cambio climático y desastres. Disponível em: <<http://alainet.org/>> Acesso em: 26 abr. de 2010.
- CASTRO, A.L.C. Manual de Planejamento em Defesa Civil. Vol II. Secretaria Nacional de Defesa Civil, Brasília: MIN, 2007.
- CHESNAIS, F. Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis Ecológica. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19 nº 2, p. 13-20 ,Jul-Dez, 2009.
- COUTINHO, Ronaldo. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem” In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19 nº 2, p. 21-35,Jul-Dez, 2009.
- DEFESA CIVIL. Manual de Desastres, Vol. 1 – Desastres Naturais, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. Brasília: MIN, 2007.
- _____. Relatório de Ações Enchente em Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://www.desastre.sc.gov.br.> > Acesso em: 12 fev. de 2010.
- FREITAS, R. C. M.; MARQUES, C. C. Serviço Social: Fios condutores para a prevenção e atendimento de ocorrência de eventos extremos, Florianópolis: UFSC, 2010, 14 p.
- IANNI, O. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEFF, Enrique. “*La capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad*” In:
Formación Ambiental v.7, n.16, 1996, pp.17-20.
- MARCELINO,E. V. Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos. Caderno Didático n.1,Santa Maria,RS: INPE-15208-PUD/193,2008.
- MOTA, A. E. SILVA, M. G. A “questão ambiental” e o contraditório discurso da sustentabilidade. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro: PPGSS, 2009, p.37-50
- MARX, K. “O Processo de trabalho e processo produzir mais-valor”. In: O Capital. Crítica da Economia Política. Vol1. Livro 1. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.01-209.
- CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de MANUAL DA DEFESA CIVIL II, Brasília: MIN/Secretaria de Defesa Civil, 2009.
- FNUD. Relatório sobre População e Desenvolvimento: lidando com um mundo em mudança: mulheres, população e clima. Disponível em: <<http://inde.pt/spip.php?article222>> Acesso em: 22 de abr. de 2010.
- MONTIBELLER Fº, G. M. O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.



NEGREDO, J. C. A Defesa Civil que não se conhece ou que não se vê. In: FRANK, B. SEVEGNANI, L. (org.). DESASTRE DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ. Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

PLANO DE ENCHENTE. Blumenau: Prefeitura Municipal, Defesa Civil Blumenau. Blumenau: 2008.

PNUD/ONU. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e a redução dos riscos de desastre: A Redução do risco de desastre – um desafio para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud_redução-riscosdesastres.pdf> Acesso em: 02 abr. de 2009.

SAMAGAIA, J. ANGIONI, M. Situação dos desabrigados/atingidos pelo desastre e a assistência (dês) organizada. In: FRANK, B. SEVEGNANI, L. (org.). DESASTRE DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ. Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SCHIOCHET, V. A Ação Governamental frente ao desastre In: FRANK, B. SEVEGNANI, L. (org.). DESASTRE DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ. Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SEVEGNANI, L. FRANK, B. NEGREDO, J.C. SOARES, M.V. KEIM, E.J. Gente Socorrendo Gente. In: FRANK, B. SEVEGNANI, L. (org.). DESASTRE DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ. Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.